

PRODUÇÕES EM LINGUAGEM E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

PRODUCTIONS IN LANGUAGE AND ETHNIC-RACIAL ISSUES

Marcos Antonio Batista Silva¹

¹ *Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (UC – CES)
Coimbra, Portugal
marcos.psico@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-2701-0316>*

*Recebido em 22 ago. 2021
Aceito em 13 set. 2021*

Resumo: O objetivo deste estudo é revisar produções científicas referentes à linguagem que foram publicadas em artigos indexados no portal da SciELO. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de busca eletrônica das publicações científicas indexadas, em cujo título constasse o descritor linguagem, e abrange os artigos publicados no Brasil no período de 2015 a 2020. Os dados subsidiaram a elaboração de planilhas que facilitaram a sistematização das informações coletadas da bibliografia sobre linguagem por meio de busca eletrônica. A proposta foi apreender quais assuntos e áreas do conhecimento têm sido abordadas com maior frequência nessas publicações e se os estudos têm discutido sobre relações étnico-raciais. Desse modo, discutiu-se acerca de linguagem e dos estudos sobre as relações étnico-raciais. Adotaram-se aportes teóricos dos estudos de racismo e linguagem (ZAVALA e BACK, 2017). Além da perspectiva da hermenêutica de profundidade (HP), de J.B. Thompson (2011), como referencial metodológico. A análise mostrou poucos estudos que relacionassem a linguagem ao contexto do debate étnico-racial. Sugere-se outras investigações que busquem problematizar acerca do tema da linguagem e racismo, linguagem e raça.

Palavras-chave: Educação Antirracista. Linguagem. Relações Étnico-Raciais.

Abstract: The aim of this study is to review scientific productions related to language that were published in articles indexed on the SciELO portal. The bibliographic research was carried out through an electronic search of indexed scientific publications, in which the title contained the descriptor language, and covers articles published in Brazil from 2015 to 2020. The data supported the preparation of spreadsheets that facilitated the systematization of information collected from the bibliography on language through electronic search. The proposal was to apprehend which subjects and areas of knowledge have been addressed most frequently in these publications and whether studies have discussed ethnic-racial relations. Thus, language and studies on ethnic-racial relations were discussed. Theoretical contributions from racism and language studies were adopted (ZAVALA and BACK, 2017). In addition to the perspective of depth hermeneutics (HP), by J.B. Thompson (2011), as a methodological framework. The analysis showed few studies that related language to the context of ethnic-racial debate. We suggest further investigations that seek to problematize the theme of language and racism, language and race.

Keywords: Anti-racist Education. Language. Ethnic-Racial Relations.

INTRODUÇÃO

Este estudo¹ propõe analisar discursos sobre linguagem publicados no portal da SciELO²(Brasil), entre 2015 e 2020. Isto, é, interessa-nos investigar se, e como os processos de produção de conhecimento sobre raça, racismo e antirracismo estão presentes em produções acadêmicas sobre linguagem no período entre 2015 e 2020(SciELO). Entende-se que a produção de conhecimento, qualquer que seja o campo do saber, “não pode prescindir do esforço sistemático de investigar e fazer balanço sobre aquilo que foi produzido em determinado período de tempo e área de abrangência” (DAYRELL; CARRANO, 2009, p. 7). Destaca-se, dentre os estudos analisados a investigação de Ghedin, Costa, Santos (2020) que analisaram, por meio de uma revisão sistemática estudos sobre linguagem na produção e no ensino na região Amazônica. Embora o estudo não apresente uma discussão da linguagem fazendo um contraponto com grupos racializados na região (povos indígenas), o estudo contribui com a nossa proposta, pelo enfoque teórico-metodológico, sobre a produção da linguagem no campo educacional. “[...]. Este trabalho serviu para sintetizar e sistematizar os estudos sobre a linguagem nas produções acadêmicas científicas dos programas de pós-graduação da região Amazônica em Educação e Ensino” (GHEDIN; COSTA; SANTOS, 2020, p. 38). Entendemos que a partir do que foi discutido pela questão norteadora, é oportuno novos estudos que contemplem o debate étnico-racial e linguagem na região Amazônica.

Para situar a literatura sobre linguagem, no que se refere às produções acadêmicas, realizou-se uma revisão das produções sobre os estudos das relações étnico-raciais nas sociedades contemporâneas, em especial no Brasil, que decorrem

¹ Artigo elaborado no âmbito do projeto de investigação POLITICS - A política do (anti) racismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas (Projeto 725402- POLITICS - ERC -2016-COG) e sediado no Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra.

² O Scientific Electronic Library Online é um portal de revistas brasileiras que organiza e publica textos completos de revistas na Internet. Produz e divulga indicadores do uso e impacto desses periódicos.

de lutas intensas de movimentos sociais, em especial do Movimento Negro (GOMES, 2017) tem implementado políticas públicas educacionais. Citamos, como exemplos, as Leis nº 10.639/2003 (ensino da história e cultura afro-brasileira e africana), e nº 11.645/2008 (ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena), complementadas pelas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” - DCNERR (BRASIL, 2004). Entende-se que essas legislações são capazes de dar respostas mais eficientes perante o grave quadro de desigualdades étnico-raciais existente na sociedade brasileira, em particular no campo educacional (GOMES, 2012).

Deste modo, o exercício de recuperação analítica da produção sobre linguagem e os estudos das relações étnico-raciais são fundamentais para a efetivação de uma educação antirracista na sociedade brasileira. Segundo Ferreira (2012), “a Educação Antirracista explicitamente nomeia assuntos de raça e de justiça social, de igualdade racial/étnica, assuntos relacionados a poder, a exclusão, e não somente atentos aos aspectos culturais (FERREIRA, 2012, p. 278). A educação antirracista deve envolver toda a sociedade, não apenas a população racializada (negros, indígenas). Compartilhamos das reflexões de Mota (2021) e Ferreira (2012) da importância deste debate urgente nas sociedades contemporâneas.

Adentrando-se um pouco mais acerca do debate sobre linguagem no contexto dos estudos das relações étnico-raciais, localizamos as considerações de Zavala e Back (2017) os quais assinalam que:

O uso que fazemos da linguagem como parte das práticas sociais cumpre um papel ativo na vida cotidiana [...]. Quando interagimos através da linguagem, sempre nos posicionamos e para outros com base em categorias de identidade vinculadas com gênero, classe, **raça**, cultura, entre muitos outros (ZAVALA; BACK, 2017, p. 20, grifo e tradução do autor).

Desta perspectiva, a identidade implicaria no posicionamento social de si e do outro. Ainda segundo Zavala e Back (2017), outra relação que se estabelece entre língua e raça é por meio de ideologias linguísticas, entendidas como redes de crenças na linguagem que posiciona os sujeitos dentro de uma ordem social. O discurso racista

tem o efeito de estabelecer e reforçar relações de poder opressor entre diferentes grupos sociais. O discurso racial sustenta e legitima um exercício de poder que sustenta formas de domínio (ZAVALA; BACK, 2017).

Nesta direção, Paulo Vinicius Silva (2012), ao investigar sobre “o silêncio como estratégia ideológica no discurso racista brasileiro”, destaca algumas formas simbólicas observadas nestes discursos:

- 1) O silêncio sobre a branquidade que atua para estabelecer o branco como norma; 2) A negação da existência plena ao negro: invisibilidade e sub-representação; 3) O silêncio sobre particularidades culturais do negro brasileiro; 4) O silêncio como estratégia para ocultar desigualdades (P.V. SILVA, 2012, p. 110).

Compartilhamos das considerações de Paulo Vinicius Silva (2012) entendendo que é crucial discutir acerca das relações étnico-raciais, em especial sobre raça e (anti)racismo no plano discursivo no campo educacional em todos os níveis de ensino no país, e romper com este silêncio. Segundo este autor, “o silêncio pode ser compreendido como uma estratégia ideológica relacionada ao modo de operação descrito por Thompson como dissimulação, visto que sistematicamente opera para ocultar processo social de desigualdade racial” (P.V. SILVA, 2012, p. 114).

O artigo está dividido em cinco seções. A primeira seção discute educação, antirracismo e o debate sobre relações étnico-raciais. Na segunda seção apresentam-se algumas considerações acerca de questões raciais e linguagem. A terceira seção destaca alguns pontos para reflexão acerca de linguagem e antirracismo. A quarta e quinta seções evidenciam a metodologia, e em seguida, as considerações finais.

EDUCAÇÃO, ANTIRRACISMO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Educação sempre foi considerada como uma esfera crucial, mas ambivalente, em relação ao antirracismo. Considera-se fundamental alcançar uma mudança durável nas representações culturais e na inclusão de populações racializadas (negros, povos indígenas) tendo em vista ser a educação um domínio institucional onde as desigualdades e os quadros eurocêntricos foram e são historicamente

reproduzidos e legitimados (ARAÚJO e MAESO, 2016). Ainda que, haja recomendações para desenvolver programas educacionais em todos os níveis de ensino que visem tanto combater a discriminação racial, o racismo, quanto encorajar a aprendizagem da história e das culturas dos povos africanos, povos de ascendência africana e dos povos indígenas (BENITES, 2009; GOMES, 2012-2017; MOTA, 2021).

Ressalta-se ainda que a Assembleia Geral da ONU proclamou o período entre 2015 e 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes³ (Resolução 68/237) durante a qual os Estados-membros, a sociedade civil e todos os outros atores relevantes tomem medidas eficazes para a implementação do programa de atividades antirracistas (reconhecimento, justiça e desenvolvimento), por meio de medidas concretas e práticas, propondo e implementando políticas públicas em nível (inter)nacional. No campo educacional, por exemplo, propõe-se um maior conhecimento, reconhecimento e respeito pela cultura, história e patrimônio dos afrodescendentes, inclusive por meio ensino e pesquisa, deste modo promovendo a inclusão completa da história e cultura da população negra nos currículos educacionais (M.A.B.SILVA, 2021).

Na sociedade brasileira, a reivindicação pelo acesso à educação superior de grupos racializados, egressos do ensino público, constitui uma mobilização política, vinda, em especial, de lutas constantes do Movimento Negro, dos jovens que se definem como negros, dos jovens de povos indígenas. Vive-se na atualidade, pois, um momento ímpar da agenda das políticas educacionais, as políticas de ação afirmativa no Brasil (ARTES e RICOLDI, 2015). Feres Júnior *et al.* (2018) considera “ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo”(p. 13).

³ Ao declarar esta Década, a comunidade internacional reconhece que os povos afrodescendentes representam um grupo distinto cujos direitos humanos precisam ser promovidos e protegidos. Cerca de 200 milhões de pessoas autoidentificadas como afrodescendentes vivem nas Américas. Muitos outros milhões vivem em outras partes do mundo, fora do continente africano. <https://decada-afro-onu.org/>.

Compreende-se que as políticas de ação afirmativa são cruciais, em especial para a população negra e indígena (educação, trabalho). Políticas essas que, em médio prazo, possam garantir uma maior equidade de oportunidades, alterando a situação de desigualdade, e possibilitando a inclusão dessas populações nos segmentos mais dinâmicos do sistema educacional e de maior renda no mercado de trabalho. Como construir uma educação antirracista, considerando a centralidade que a educação adquiriu historicamente nas lutas antirracistas?

Uma educação antirracista é um debate necessário nas sociedades contemporâneas (M.A.B.SILVA, 2021). A educação é uma base fundamental de coesão social nas sociedades democráticas, visando a promover a igualdade de oportunidades e, ao mesmo tempo, o respeito a diversidade. Neste sentido, Gomes (2017) assinala que o papel do Movimento Negro brasileiro como educador e como tal, produtor de saberes emancipatórios, é um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Desse modo, apreendemos que o entendimento dos saberes produzidos pelos movimentos sociais negros é capaz de subverter a teoria educacional, construir a pedagogia das ausências e das emergências, repensando a escola, a universidade e descolonizando os currículos (GOMES, 2017).

Ressalta-se, ainda, a contribuição e a importância dos coletivos educacionais negros (coletivos negros), muitos deles criados a partir da invisibilidade da temática racial no currículo acadêmico, seja como disciplina, seja como tema transversal na grade curricular. Segundo, Guimarães, Rios e Sotero, “[...]. Coletivos negros passaram a ter papel decisivo na recepção de estudantes cotistas e no controle das ações afirmativas nas universidades públicas, tornando-se atores relevantes no combate ao racismo sistêmico no ensino superior”(p. 309).

QUESTÕES RACIAIS E LINGUAGEM: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao discutir acerca de práticas curriculares e das relações entre violência linguística e racismo, Colaço e Alencar (2019) assinalam que “os processos discriminatórios e racistas se constituem e se reproduzem na e pela linguagem” (p. 87). Essed (1986) soma-se a este debate e frisa que o preconceito racista e

discriminação racista, são "uma ideologia auto-reprodutiva e uma estrutura através da qual uma raça dominante exerce controle sobre outros grupos étnico- raciais"(p.10). Para esta autora, o preconceito racista "é uma atitude e um elemento constitutivo das representações sociais dominantes baseadas em falsas generalizações de atributos valorizadas negativamente, imputadas a outros grupos étnico-raciais, com o intuito explícito ou implícito de racionalizar a desigualdade social desses grupos"(ESSED, 1986, p. 10, tradução do autor).

Por sua vez, Essed (1986) conceitua discriminação como "atos que reforçam e (re) produzem as desigualdades raciais e étnicas da estrutura social". Para ela e para nós, a discriminação racista inclui todos os atos, verbais, não verbais e paraverbais, que resultam em consequências desfavoráveis para grupos racializados (negros, povos indígenas). "[...]. Portanto, a discriminação racista se define em termos de atos e suas consequências, no contexto macroestrutural de uma sociedade racista" (ESSED, 1986 ,p.11, tradução do autor).

Para este texto, adota-se a perspectiva da Sociologia, que considera a noção de raça como uma construção social (QUIJANO, 2005; GOMES, 2012). Quijano (2005) nos remete a uma compreensão sobre a operacionalidade da raça no contexto dos padrões de dominação e de poder produzidos no processo colonial e reconfigurados na globalização capitalista. Partindo de uma perspectiva decolonial, notamos a centralidade do termo raça, no que se refere à formação das estruturas de poder.

Para Quijano (2005) é problemático que na América Latina a concepção eurocêntrica tenha sido adotada por grupos dominantes como própria, assim impondo o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais (Quijano, 2005, p. 136). A contribuição histórica, política e sociológica apresentada por Quijano (2005), e pelos estudos pós-coloniais, com enfoque nas Américas, é importante para o adensamento teórico da análise sobre a construção social da ideia de raça, no Brasil, porque apresenta uma dimensão aprofundada do conceito de raça, nos remetendo para o contexto latino-americano e problematizando que, "antes mesmo de se consolidar como um conceito da ciência, ela foi sendo formulada como uma ideia, uma representação social e,

portanto, uma forma de classificação social imbricada nas estratégias de poder colonial” (GOMES, 2012, p. 730). Assim, essa ideia foi se tornando um instrumento de poder econômico, político, cultural, epistemológico, e até pedagógico, em várias instituições.

Segundo Almeida (2019), o racismo institucional diz respeito aos efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que concede privilégios a determinados grupos de acordo com a raça e acrescenta que este debate foi um grande avanço no que tange ao estudo das relações raciais, ao frisar que o racismo envolve “a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro” (p.47). Compreendemos que, na sociedade brasileira, as instituições (com raras exceções) tendem a contribuir à criação de um sistema de ideias baseado na raça, de estabelecimento das relações de poder e dominação.

Apesar de avanços nos campos social, legal e institucional na luta antirracista, infelizmente, notícias e denúncias de inúmeros casos de racismo institucional estampadas quase diariamente na mídia impressa e eletrônica, nas universidades, bem como artigos acadêmicos, teses, dissertações denunciando o racismo. A população negra se encontra em situação de desvantagem na sociedade em questões como saúde, moradia, saneamento básico, emprego e renda, encarceramento e educação.

Nas últimas décadas, o campo da educação no Brasil tem sido desafiado a repensar e a desconstruir o racismo nas escolas, universidades e na produção do conhecimento. Demandas sociais têm questionado a formação docente, que se vê desafiadas a modificar seus referenciais epistemológicos, incorporar novos sujeitos e mobilizar-se no combate à hegemonia do racismo na sociedade brasileira (BARCELLOS, 2018).

LINGUAGEM E ANTIRRACISMO: PONTOS PARA REFLEXÃO

Lima e Ubl (2021), ao discutirem sobre a temática das relações étnico-raciais e linguagem chamam a atenção, “ao cuidado [...] ao utilizar e problematizar o uso de

uma linguagem que não simplificasse a vida de pessoas a lugares de não existência, a partir, por exemplo, da discussão do binômio ‘escravo-escravizado’” (LIMA; UBL, 2021, p.75). Ainda segundo Lima e Ubl (2012):

[...], a utilização do termo escravo para nomear pessoas em condições de escravidão como um problema a ser resolvido. Essa palavra, por carregar a noção de ser, torna a condição de escravidão inerente à pessoa escravizada[...], as pessoas em condições de escravidão, antes de tudo, são pessoas, seres humanos que outros seres humanos buscaram desumanizar [...], a expressão escravizado indica uma condição imposta a alguém ou a um grupo de pessoas, não sendo algo natural, isto é, inerente à pessoa que se encontra nessa situação ou posição social, assim como não simplifica sua existência à experiência da escravidão (LIMA e UBL, 2021, p.76).

Estas considerações encontram voz e eco em Tolentino e Alves (2021, p. 211) que frisam que “os educadores devem estar atentos ao uso do termo *escravizado*, enfatizando-o em suas aulas e na elaboração de textos, contribuindo deste modo para a construção de educação antirracista também com relação à linguagem. Para Rech (2015), “por meio da linguagem, apresentam-se discursos racistas que reafirmam por séculos, a imagem social dos negros [...], tornou-se necessário refletir sobre o preconceito existente por trás das palavras (RECH, 2015, p. 4).

Ilustra-se este debate como outro exemplo, que envolve o debate recente nas mídias sociais sobre racismo, em especial no que tangencia o combate ao racismo no campo de materiais didáticos (literatura infantil). Em manchete do site “Combate ao racismo ambiental”, de 11 de set. 2021 (Por Ana Maria Alcantara, colaboração para o UOL)⁴nota-se a seguinte menção:

Companhia das Letras recolhe livro com crianças brincando em navio negreiro[...]. Além das brincadeiras no navio negreiro, o livro traz cenas em que jovens negros chegam a achar divertido ter de dançar para mostrar seus atributos físicos enquanto estão sendo vendidos como “escravos”. Sobre este tratamento alegre e harmonioso, o escritor argumenta que “a ironia é uma forma de trabalhar a dor” (ALCANTARA, 2021, s/p, grifo do autor).

⁴ <https://racismoambiental.net.br/2021/09/11/companhia-das-letas-recolhe-livro-com-criancas-brincando-em-navio-negreiro/>

Rosemberg et al. (2003), já nos alertará para ações de combate ao racismo nos materiais didáticos, “tanto pelo movimento negro como, pelos órgãos oficiais para combater o racismo nos livros didáticos, tais como o programa Nacional do Livro Didático e a recente Lei nº 10.639” (p.125). De modo geral, para estes autores, é importante a leitura de bibliografias que contemplem a discussão da história, da cultura com aberturas e epistemologias que valorizem as populações fundantes e “constitutivo da sociedade brasileira, considerando os “campos da atuação dos sujeitos na História, da linguagem, da história da cultura, dos significados na ação social (LIMA e UBL, 2021, p. 76).

Ancorado nos diálogos de Habermas (2003) e Ribeiro (2019) entende-se que alguns aspectos do trabalho destes autores são importantes no estudo aqui proposto, por destacar que os conflitos de interesses se manifestam no uso da linguagem. Este autor, discorre sobre uma tendência estimulada socialmente para um agir linguisticamente de forma estratégica, de maneira que grupos e/ou indivíduos convençam o outro, sem que de fato se proponham a uma relação dialógica diante de conflitos, e, assim, evitar o agir de forma comunicativa com o objetivo do entendimento mútuo para chegar ao consenso.

Embora Habermas não exclua outras formas de manifestação de conflitos, seu interesse recai sobre o domínio da linguagem, haja vista que a produção de conhecimento, científico ou não, dá-se acima de tudo mediado pelas práticas discursivas. De acordo com Ribeiro (2019), “a linguagem científica tem inúmeras implicações. O complexo e o atraente constituem grande desafio na comunicação em ciências” (p. 321). A partir do discurso estratégico próprio de diversas instituições privilegia-se a formação das identidades dos sujeitos de forma heterônoma, isto é, por meio de normas criadas por outrem, as quais os sujeitos ou aceitam sem contestação ou refutam, negando-se a se apropriar de seus conteúdos de forma crítica, com renúncia, em ambos os casos, ao uso crítico da razão. Se, em alguma medida, a transmissão das normas e valores sociais ocorre de forma heterônoma, ao estimular a formação para um agir dessa forma, dificulta-se a formação de sujeitos autônomos (HABERMAS, 2003; RIBEIRO 2019). Segundo Habermas (2003), [...]. À heteronomia,

isto é, à dependência de normas existentes, opõe-se a exigência de que o agente, ao invés da validade social de uma norma, erija ao contrário à sua validade em princípio de determinação de seu agir” (HABERMAS, 2003, p. 196).

Lacerda; Silva e Pinto (2020), ao dialogarem com Mikhail Bakhtin sobre a temática da linguagem, assinalam que “a linguagem é uma prática social, inerente à formação humana, que envolve o relacionamento entre sujeitos, tornando um lugar de confrontos ideológicos, pois a linguagem é uma voz que possui uma intencionalidade” (p.38). Ainda, segundo estes autores, “as diferentes vozes que constituem os enunciados de intolerância ao negro dialogam com outros enunciados que evidenciam histórica e socialmente o racismo” (LACERDA; SILVA; PINTO, 2020, p. 38). O que nos leva mais uma vez à Zavala e Back (2017) que sublinham que “o estudo do pensamento racial e do racismo não pode deixar de levar em conta essa dimensão discursiva como um processo público por meio de através do qual identidades racializadas são progressivamente construídas (p. 20).

METODOLOGIA: HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE

Este estudo possui natureza descritiva e quantitativo-qualitativa. Utiliza-se, o conceito de discurso, que tem sido amplamente empregado na teoria e análise social, como instâncias de comunicação usuais, que são constitutivas e constituídas nos diferentes modos de estruturação das práticas sociais. Discursos se manifestam em modos particulares de uso das formas simbólicas, em particular da linguagem, e não apenas refletem as relações sociais, mas participam de sua construção (THOMPSON, 2011).

A pesquisa bibliográfica foi efetuada por meio de busca eletrônica em publicações científicas indexadas na base de dados da *Scientific Electronic Library Online* – SciELO (é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros). Para tanto, utilizou-se o descritor “linguagem”, o qual consideramos ser representativo das publicações relacionadas ao objetivo deste

trabalho. As consultas cobriram os artigos publicados, entre 2015 e 2020 (Brasil), nos quais contasse no título do artigo, o descritor “linguagem”.

O levantamento ocorreu entre os meses de junho e julho de 2021. O período privilegiado teve como ponto de partida a Década dos Afrodescendentes (2014-2024), já destacada neste texto. Somente os artigos cujos títulos, de forma direta ou indireta, contemplassem o debate étnico-racial, foram analisados. Para a análise, adotamos a perspectiva da hermenêutica de profundidade (HP), proposta por Thompson (2011). O autor apresenta uma concepção estrutural de cultura, a qual engloba o caráter simbólico da vida social.

Para Thompson (2011) os padrões de significado associados às formas simbólicas são compartilhados na vida cotidiana dentro de contextos sociais estruturados, contextos estes que “envolvem relações de poder, formas de conflito, desigualdades em torno de distribuição de recursos e assim por diante” (p. 22), onde “o enfoque da HP deve aceitar e levar em consideração as maneiras em que as formas simbólicas são interpretadas pelos sujeitos que constituem o campo-sujeito-objeto” (THOMPSON, 2011, p. 363).

As formas simbólicas são aqui entendidas como ações, falas, imagens e textos recebidos, reproduzidos e colocados em circulação. Para este estudo, consideramos os artigos localizados sobre linguagem, como formas simbólicas estruturalmente situadas e que mereceram interpretação. Thompson (2011) ressalta cinco características fundamentais que distinguem as formas simbólicas: a dimensão intencional (as formas simbólicas são expressões de um sujeito para outro sujeito, com certo objetivo ou propósito); a dimensão convencional (a produção, a circulação e a recepção das formas simbólicas envolvem regras ou convenções); a dimensão estrutural (as formas simbólicas exibem uma estrutura articulada); a dimensão referencial (as formas simbólicas representam, dizem respeito e referem-se a algo); e, por fim, a dimensão contextual (as formas simbólicas estão sempre inseridas em contextos sócio-históricos específicos, dentro dos quais e por meio dos quais são produzidas, transmitidas e recebidas).

A metodologia da HP, proposta por Thompson (2011) prevê três etapas: a análise sócio-histórica do contexto de produção (os estudos das relações étnico-raciais), circulação e transmissão das formas simbólicas (periódicos, outros); a análise das formas simbólicas; a interpretação e reinterpretação do material produzido. A perspectiva desta análise, proporcionou identificar pontos relacionados aos objetivos da investigação (questões étnico-raciais e linguagem), sendo aferidos seus núcleos de sentido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa localizou 197 artigos, nos quais o descritor “linguagem” fazia parte do título, publicados entre o período de 2015 e 2020. Ao detalharmos um pouco mais esta análise, indicamos a quantidade de artigos localizada por ano pesquisado: 2015 (46) artigos; 2016 (23); 2017 (43); 2018 (28); 2019 (27), e 2020 (30). Tais dados mostram que os períodos mais significativos foram os anos de 2015 e 2017, totalizando 89 artigos. Acredita-se que um dos prováveis fatores que podem ter interferido nesse resultado esteja relacionado ao fato de que, em décadas recentes, ocorreram importantes ações e programas, tanto no âmbito nacional como no internacional, voltados às políticas públicas de alfabetização, como pudemos observar no Relatório de Monitoramento Global de EPT (2015), que destaca, dentre outros pontos que os “sistemas de governança devem ser combinados a fortes esquemas institucionais que tenham compromisso com a equidade”(p. 53). Ainda, segundo este documento:

É preciso que estilos e métodos de ensino respondam muito melhor a diversos contextos culturais e de sala de aula. Em sociedades multilíngues, as políticas de **linguagem** na educação são particularmente importantes para uma aprendizagem eficaz (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO GLOBAL DE EPT, 2015, p.53, grifo do autor).

Ressalta-se ainda que o supracitado Relatório já chamava a atenção para a discussão sobre relações étnico-raciais e linguagem/linguística:

Progressos conquistados por leis e políticas aumentaram a participação de grupos desfavorecidos na educação primária. Contudo, esses grupos continuam a sofrer barreiras à educação devido a pobreza, gênero, casta antecedentes étnicos e linguísticos, raça, deficiências, localização geográfica e modos de vida. É comum crianças marginalizadas sofrerem de desvantagens múltiplas, que se reforçam mutuamente (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO GLOBAL DE EPT, 2015, p. 22).

Foram identificados 69 diferentes periódicos com publicações de trabalhos relacionados ao termo “linguagem”, com uma quantidade significativa na “Revista CoDAS”, com 21 publicações. Este periódico tem a função de contribuir para a divulgação do conhecimento técnico e científico em Ciências e Distúrbios da Comunicação e áreas associadas - especificamente nas áreas de Linguagem, Audiologia, Voz, Motricidade Orofacial, Disfagia e Saúde Pública produzido no Brasil e no exterior.

Por sua vez, o outro periódico, a “Revista CECAF”, com 21 publicações, tem a missão de divulgar a produção científica sobre temas relevantes para o fonoaudiólogo, Audiologia e áreas afins. Isso sugere que as questões voltadas aos distúrbios da comunicação estiveram mais presentes nos discursos dos artigos observados. Foi notado ainda que a área das Ciências Humanas com 74 artigos contemplou a maioria dos artigos publicados, seguido por Ciências da Saúde (69); Linguística, Letras e Artes (54).

No entanto, como já explicitado neste texto, interessava-nos localizar se e como o descritor “linguagem” nos artigos estaria ou não relacionados como o debate étnico-racial (raça, racismo, antirracismo, discriminação racial, etnias, população negra, povos indígenas), entre outros. Neste sentido, localizamos apenas (4) quatro artigos, cujos títulos continham, de forma direta ou indireta, palavras-chave relacionadas, que por nós mereceram uma análise mais detalhada (por ser o foco de nossa investigação).

O primeiro artigo, intitulado “Práticas Culturais e Jogos de Linguagem entre os Povos Xakriabá” de Gerken; Galvão e Dias (2019) ocupou-se de analisar práticas culturais e jogos de linguagem (povos indígenas Xakriabá), em Minas Gerais, como por exemplo, “a Folia de Reis, o Samba Chula e a Loa, entre os povos indígenas

Xakriabá” (GERKEN; GALVÃO e DIAS, 2019, p. 2). Estes autores assinalam que: [...] não apenas a escrita é capaz de fazer os sujeitos se engajarem em um processo de metalinguagem, mas também outras formas de expressão (p.16).

Os autores partiram de dois pontos principais para sua análise: essas expressões seriam consideradas como parte de um repertório simbólico por meio do qual os participantes poderiam refletir sobre a própria linguagem fora das relações dialógicas cotidianas (vivência de formas lúdicas e poéticas); a análise dessas práticas poderiam colaborar “para a compreensão do próprio processo de ressignificação do ser Xakriabá” (visibilidade a modos singulares de participação dos diversos membros da comunidade) (GERKEN; GALVÃO e DIAS, 2019, p. 2).

Ainda, segundo estes autores:

O povo Xakriabá, como será detalhado a seguir, ocupa um território de 53.075 hectares, situado no norte do estado de Minas Gerais. Possui uma população de aproximadamente 8.867 habitantes, distribuída em 33 aldeias e subaldeias, e tem uma economia com base na agricultura familiar. Os Xakriabá são predominantemente católicos, apesar de estarem vivendo nos últimos anos grandes modificações em suas vivências religiosas em função da expansão das práticas evangélicas. Embora tenham prolongado contato com não indígenas, possuem características culturais específicas, que os distinguem da população circundante (GERKEN; GALVÃO e DIAS, 2019, p. 2).

No contexto da investigação, os autores apontam as dimensões históricas e culturais dos Xakriabá. Em suas considerações, indicam dois conjuntos de conclusões. O primeiro revela que “a Folia de Reis, o Samba Chula e as Loas expressam formas multimodais de linguagem que, de modo diferente do que ocorre nas práticas de oralidade cotidianas, exigem que seus participantes, ao (re)elaborarem versos e narrativas, reflitam sobre a própria linguagem”. (GERKEN; GALVÃO; DIAS, 2019, p. 16). Um segundo conjunto “diz respeito à ressignificação, por parte dos Xakriabá, das práticas culturais e dos jogos de linguagem analisados, no processo de permanente (re)construção de sua própria identidade” (p. 16).

Os autores assinalam não poder afirmar que tais manifestações “sejam uma especificidade desse povo, visto que podem ser encontradas, na contemporaneidade, em praticamente todo o território brasileiro, elas se tornaram parte constitutiva do ser Xakriabá” (p. 16). Segundo estes autores, “ser Xakriabá implica assumir como tarefa

uma conexão permanente com a ancestralidade” entre outros mitos de origens e narrativas “que foram construídas para explicar seu processo de construção social e política”. (p. 16).

Nesta direção, é importante discutir a importância das relações étnico-raciais, que objetiva reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros, dos povos indígenas, e ancestralidade. É importante, também, explicar que o emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos o são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, entre outras, como discute as DCNERR (BRASIL, 2004, p. 13).

O segundo artigo, discorre, entre outros contextos, também sobre a cultura dos povos indígenas, neste sentido, Santos (2018) no artigo “Entre “ós”, “ais” e “jaguanhenhéns”: voz e linguagem em Padre Antônio Vieira e Guimarães Rosa a partir de Nuno Ramos”, discute sobre “a articulação voz e linguagem na obra *Ó*⁵ (2008), de Nuno Ramos,” (SANTOS, 2018, p. 339). “[...], segundo o qual a natureza seria capaz também de possuir linguagem, saber” (p. 358).

Logo na abertura de *Ó*, obra que o escritor e artista paulista Nuno Ramos publica em 2008, mais especificamente no fragmento intitulado “Manchas na pele, linguagem”, lemos que, na condição de corpos biológicos, recorremos à linguagem para deixarmos de ser simplesmente “espectadores de nossa própria decrepitude, de nossa fusão indeterminada na matéria” [...], sendo a linguagem, portanto e como define o narrador, algo que nos “põe para fora do corpo” (SANTOS, 2018, p. 339).

No artigo de Santos (2018) problematiza a questão dos povos indígenas, e o termo “indígena”, é focalizado em diferentes contextos: língua indígena tupi, povos indígenas amazônicos, culturas indígenas. Os pressupostos teóricos de Michel Foucault auxiliaram o debate de Santos (2018) sobre linguagem. “[...], “a linguagem

⁵ Ver: Ramos, Nuno (2008). *Ó*. São Paulo: Iluminuras.

se dobra sobre si mesma, adquire sua espessura própria, desenvolve uma história, leis e uma objetividade que só a ela pertencem” (FOUCAULT, 2002, p. 409)

O terceiro artigo, intitulado “A cobertura da mídia impressa e o enquadramento das favelas cariocas na linguagem da violência urbana”, envolve o trabalho de Palermo (2018), que discute sobre as coberturas dos jornais impressos do Rio de Janeiro, acerca do início da ocupação policial realizada na favela Santa Marta (morro Dona Marta). Alicerçado pelo debate de Machado da Silva (2010), onde a “[...] linguagem da violência urbana (entendida como uma prática organizada, uma gramática) e das respectivas implicações sobre a ordem pública” (M. SILVA, 2010, p. 283). Nesta direção, a linha de raciocínio de Palermo (2018), e sua argumentação, enfoca à “relação entre os discursos das mídias em voga e as pressões sociais que contribuem para conformar tais discursos” (PALERMO, 2018, p. 212.).

Ainda, segundo este autor:

Pode-se concluir que esses discursos midiáticos, alicerçados basicamente na chave da auspiciosa ocupação militar [...], contribuem para fazer a intermediação e intercâmbio entre a perspectiva institucional-governamental e as percepções de parcela da sociedade, contribuindo para fechar o circuito que estrutura a linguagem da violência urbana, oferecendo um cariz específico a esta última. Nessa linha, as favelas são tratadas como um “problema” ligado a um “perigo imediato” [...] para a cidade, o que estabiliza esses lugares de moradia – numa nova conjuntura cujas promessas se arvoram em ser “pacificadoras” – tanto como um “problema” motriz da violência urbana quanto, ao mesmo tempo, contribui para criminalizar seus moradores (PALERMO, 2018, p. 232).

De acordo com Cunha Júnior (2020):

A história do urbanismo brasileiro e a urbanização brasileira possuem inúmeros marcadores da especificidade da forma urbana das populações negras. O racismo antinegro é um problema estrutural da sociedade brasileira e se concretiza no espaço urbano e nos territórios de maioria de população negra (CUNHA JÚNIOR, 2020, p. 16).

O quarto artigo localizado, “Corpo, Linguagem e Real: O Sopro de Exu Bará e Seu Lugar na Comunicação”, por meio de Dravet (2015), buscou “ensaiar um pensamento-corpo que permita conceber a comunicação como um processo no qual corpo, linguagem e real estejam integrados e sejam elementos vivos, animados”. Para tal, Dravet (2015) observou “a noção de *Exu Bará* para os nagôs afro-brasileiros tal como é vivida nos terreiros” (p. 15). Segundo a autora “[...]. A força que anima o corpo

sagrado de todo ser vivo é chamada, na tradição nagô, de Exu Bará” (p. 17). Foi analisado pela autora: mitos, linguagem, formas de manifestação, gestos. Dravet (2015), adotou “uma metodologia poética na tentativa de alcançar um pensamento em movimento” (p. 15).

De modo geral, a autora chama a atenção para o pensamento africano e estabelece um “vínculo nocional entre o pensamento-corpo em Kamper e Exu Bará afrobrasileiro (DRAVET, 2015, p. 16).

Kamper busca um “pensamento-corpo” como resposta a uma “estética da ausência” em que a remoção do corpo é fato consumado da civilização. Nela, “somente o que tem uma imagem tem realidade[...]. Tudo o mais, tudo o que for vivo vai para a margem e, em seguida, é excluído. Em relação a tal violência a única coisa que se pode reclamar para o corpo vivo é invisibilidade” (DRAVET, 2015, p. 16).

O discurso de Dravet (2015) nos faz pensar sobre a importância da luta de acadêmicos engajados com uma educação antirracista, segundo Munanga (2020):

O que as religiões de matriz africana sofrem hoje, no Brasil, não é a intolerância em si, é uma discriminação racial que visa sua eliminação total do universo religioso brasileiro que é por definição plural. É um crime inominável que deve ser combatido e condenado pelas leis do país (MUNANGA, 2020, p. 12).

É importante pensar a população negra em diáspora (a história da ancestralidade e religiosidade africana), o que remete à importância do debate étnico-racial em especial no campo educacional, resgatando e valorizando a história e cultura da população afro-brasileira, africana e dos povos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo proporcionou conhecer diversos discursos sobre linguagem, por meio de um percurso teórico-metodológico que localizou 197 trabalhos (cujos os títulos continham o termo linguagem), e identificou um ponto elucidador à futura análise sistemática no campo investigado. Localizam-se um número reduzido de trabalhos relacionados a linguagem e a temáticas das relações étnico-raciais. Isto é, observa-se o “[...]. Silêncio: ausência ou falta no discurso que atua ativamente para construir sentidos” (P.V. SILVA, 2012, p. 113).

Os quatro artigos localizados nesta investigação, discutiram sobre linguagem, de forma direta e/ou indireta, na perspectiva dos povos indígenas, história e cultura afro-brasileira e africana, questões urbanas e literatura. Deste modo, uma série de desafios se impõem para os estudos sobre linguagem e os estudos das relações étnico-raciais, no que tange a grupos racializados. É crucial estar atento ao silêncio que ainda opera para ocultar desigualdades.

Ressalta-se a importância de novos estudos que possam captar uma maior compreensão sobre a linguagem no contexto das relações étnico-raciais, e que possam problematizar, por exemplo, sobre o tema da linguagem e racismo, linguagem e raça, como propõem Zavala e Back (2017). Compartilha-se das reflexões destas autoras de que “o estudo do pensamento racial e do racismo não pode deixar de levar em conta essa dimensão discursiva como um processo público por meio do qual identidades racializadas são progressivamente e dinamicamente construídas” (p. 20). A investigação sobre a produção de raça e (anti)racismo poderá favorecer uma perspectiva de análise discursiva de estudos da linguagem como prática social e a favor de uma educação antirracista.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Ana. **Companhia das Letras recolhe livro com crianças brincando em navio negroiro.** Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2021/09/11/companhia-das-letras-recolhe-livro-com-criancas-brincando-em-navio-negroiro/> endereço da URL. Acesso em: 13 set.2021.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ARAÚJO, M.; MAESO, S. R. **Os contornos do eurocentrismo: raça, história e textos políticos.** Coimbra: Almedina, 2016.

ARTES, A.; RICOLDI, A.M. O acesso de Negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. **CADERNOS DE PESQUISA (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. IMPRESSO)**, v. 45, p. 858-881, 2015.

BARCELLOS, V. **Relações Raciais, África e afro-brasileiros no Currículo: percursos formativos de licenciandos de História da UFRJ.** Tese (Doutorado em

Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BENITES, T. **A escola indígena na ótica dos Ava Kaiowá**: impactos e interpretações indígenas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP 003/2004. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 1 ago.2021.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> Acesso em: 10.ago.2021.

COLAÇO, S.; DE ALENCAR, C. N. A RELAÇÃO LINGUAGEM E RACISMO NAS CARTOGRAFIAS DO CURRÍCULO DE UMA ESCOLA PÚBLICA. **Revista Linguagem em Foco**, v. 8, n. 2, p. 77–88, 2019.

CUNHA JÚNIOR, H. BAIROS NEGROS, A FORMA URBANA DAS POPULAÇÕES NEGRAS NO BRASIL: Disciplina da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, v. 10, n. 1, p.16-27, 2020.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Prefácio. In: SPOSITO, M. P. (Org.). **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais, serviço social (1996-2006). v. 1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 7-11.

DRAVET, F.M. Corpo, Linguagem e Real: O Sopro de Exu Bará e Seu Lugar na Comunicação. **Iha do Desterro**, v. 68, nº 3, p. 15-25, 2015

ESSED, P. **The Dutch as an everyday problem: some notes on the nature of white racism**. Amsterdam: Centre for Race and Ethnic Studies, 1986.

FERES JÚNIOR, J.et.al (Orgs.). **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FERREIRA, A. J. Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores. **Revista de Educação Pública (UFMT)**, v. 1, p. 275-288, 2012.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Trad. Muchail. S.T. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GERKEN, C. H.S.; GALVÃO, A. M. O.; DIAS, F. S. Práticas Culturais e Jogos de Linguagem entre os Povos Xakriabá. **Educação & Realidade** [online]. v. 44, n. 2, p. 1-21, 2019.

GHEDIN, E. L.; COSTA, M. L. J. da; SANTOS, P. M. dos. Revisão Sistemática sobre Linguagem nas Produções Científicas da Pós-graduação em Educação e Ensino na Região Amazônica. **Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 21-40, 2020.

GOMES, N. L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.

GOMES, N.L. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, A. S. A., RIOS, F. e SOTERO, E. COLETIVOS NEGROS E NOVAS IDENTIDADES RACIAIS. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2020, v. 39, n. 2, p. 309-327, 2020.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LACERDA, L.T.; SILVA, E.V.; PINTO, M.L. Análise bakhtiniana das narrativas sobre o preconceito vivido por professores, Ilha Solteira/SP. **Interfaces da Educação**, v. 11, n. 33, p.29-51, 2020.

LIMA, R.S.S; UBL, Y.F. Um relato de experiência e reflexão: contribuições do estágio supervisionado para uma (re)educação para as relações étnico-raciais. In: MOTA, T.H. (Org.). **Ensino antirracista na Educação Básica**: da formação de professores às práticas escolares. Porto Alegre: Editora Fi, 2021, p.71-96.

MACHADO DA SILVA, L.A. "Violência urbana", segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH** [online], v. 23, n. 59 p. 283-300, 2010.

MOTA, T.H. (Org.). **Ensino antirracista na Educação Básica**: da formação de professores às práticas escolares. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

MUNANAG. K. As religiões de matriz africana e intolerância religiosa. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 10, n. 1, p.7-15, 2020.

PALERMO, L. C. A cobertura da mídia impressa e o enquadramento das favelas cariocas na linguagem da violência urbana. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 18, n. 1, p. 212-236, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

RECH, M.D. T. Linguagem: o preconceito por trás das palavras-uma análise de termos que expressam racismo. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/42019>. Acesso em 1 ago. 2021.

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO GLOBAL DE EPT. **Educação para todos 2000-2015: progressos e desafios.** Disponível em: https://www.cnedu.pt/content/noticias/internacional/EFA2015_PT.pdf . Acesso em 12 ago.2021.

RIBEIRO, M.S. (in) **sustentabilidade na educação: o que está por trás do livro didático?** Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia, Bazilli, Chirley e Silva, Paulo Vinícius. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 125-146, 2003.

SANTOS, J.G.D.M. Entre “ós”, “ais” e “jaguanhenhéns”: voz e linguagem em Padre Antônio Vieira e Guimarães Rosa a partir de Nuno Ramos. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea** [online], n. 54, p. 339-359, 2018.

SILVA, M.A.B. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. **Educação e Pesquisa**, v. 47, e226218, p.1-18, 2021.

SILVA, P. V. B. O silêncio como estratégia ideológica no discurso racista brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 110-129, 2012

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis: Vozes, 2011.

TOLENTINO, L., ALVES, R.C. Sobre saberes e fazeres: caminhos para a abordagem do dia 13 de maio em sala de aula. In: MOTA, T.H. (Org.). **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares.** Porto Alegre: Editora Fi, 2021, p. 192-216.

ZAVALA, V.; BACK, M. **Racismo y Lenguaje.** Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 2017.

Sobre o autor

Marcos Antonio Batista Silva

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil. Investigador em Pós-doutoramento na Universidade de Coimbra (UC), Centro de Estudos Sociais (CES), Portugal, no âmbito do projeto POLITICS - A política de (anti)racismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas (Projeto 725402 - POLITICS - ERC-2016-COG). Doutorado sanduíche no exterior (PNPD/CAPES) /CES/UC. Tem pesquisas nas áreas da Psicologia Social e Educacional, sobre a temática das relações étnico-raciais e juventude. Mestrado em Psicologia Educacional. Graduação em Psicologia. Especialização em Educação para as relações étnico-raciais. Professor visitante da Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Araraquara-Unesp, Brasil. Professor Colaborador (ação de Extensão) 2021 - A UFPB no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, NEABI/UFPB - AFROCIENTISTAS: auto(cuidado) à saúde e à construção da cidadania, Universidade Federal da Paraíba (UFPB).